

O Mundo em Português N°7

Abril 2000

Um Bom Momento para Durar

Maria do Rosário de Marques Vaz

No dia 22 de Abril, é assinado o acordo de cooperação entre Portugal e o Brasil que há-de refundir o velho Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

Não é a primeira vez que o dia da chegada de Cabral ao Brasil é assinalado pela assinatura de um acordo bilateral, mas o facto de tornar a sê-lo, na passagem dos 500 anos, sublinha o carácter luso-brasileiro da comemoração do achamento do Brasil. Tem este acordo o mérito de enquadrar os acordos dispersos que vigoram entre os dois países, sem dispensar porém a revisão desses acordos parcelares, e traçar as linhas mestras que devem presidir à sua adaptação à realidade diferente que os dois países vivem: o quadro mundial pós-guerra fria, a democracia entretanto consolidada num e noutro, a realidade relativamente nova da integração regional de cada um, e a realidade mais recente ainda de uma intensificação sem paralelo das relações económicas.

Embora a estagnação das relações bilaterais fosse geral, *grosso modo* até ao final da década passada, a sua quase nula expressão económica era talvez o aspecto mais flagrante. Por contraste, e também por ser aquela que mais expressivamente pode traduzir-se em números, assume agora franco relevo. As trocas diversificam-se e avolumam-se, tanto no comércio como nos serviços. E a contaminação do investimento – que no sentido Portugal-Brasil atinge cifras que há meia dúzia de anos seriam consideradas astronómicas –, as parcerias empresariais que gera ou propicia, fará decerto durar e avolumar tudo o resto. É certo que as privatizações brasileiras, que atraíram uma parte significativa dos capitais portugueses, têm um fim. Mas a generalidade das empresas e dos grupos privados portugueses investiram, isoladamente ou em parceria, para ficar, estabelecer-se, reinvestir. O Brasil preponderantemente, com o Mercosul e a América latina como horizonte mais largo, parece o natural mega-porto atlântico da internacionalização da economia portuguesa.

Nem Portugal nem o Brasil têm sombra de dúvida em afirmar que a integração regional é a ancoragem privilegiada da sua política externa, cujos reflexos fazem sentir-se em todos os planos, quer pelo campo de actuação que potencia, quer pela forma como o plano bilateral, regional e interregional se intersectam ou agem reciprocamente uns sobre os outros. Ambos os países coincidem em que a inserção regional é um elemento primordial, e é nesse enquadramento mais amplo que, sem lhe retirar o que tem de particular e único, consideram o relacionamento bilateral.

A prioridade cimeira do Brasil, que na ordem da política externa directamente se reflecte de forma cada vez mais preponderante desde os anos '30, é o desenvolvimento. A par da consolidação democrática, também o desenvolvimento constituiu motivação central da adesão de Portugal à Europa comunitária, primeiro numa visão estreita de 'deve e haver', depois em versão mais madura e politizada, expressa no esforço de convergência que resultou na presença em todas as esferas onde se reforça a integração, inclusive no capítulo da segurança e defesa.

Também em matéria de segurança e defesa se assiste no Brasil a uma certa «mercosulização» – foram vários os exercícios militares realizados com os parceiros regionais, na perspectiva de operações de paz conjuntas. E em Portugal a «europeização» é cada vez mais forte, em paralelo com uma retomada da

participação em missões internacionais de paz. O Brasil participou em todas as missões de paz extra-europeias envolvendo intervenção militar em que participou Portugal: Moçambique, Angola, agora Timor. A diplomacia brasileira participou, activamente, nas tentativas feitas, no âmbito da CPLP, para pôr termo ao conflito na Guiné-Bissau. Também na questão de Timor houve, visível sobretudo na fase que antecedeu a adopção da resolução do Conselho de Segurança que autorizou a intervenção da Interfet, extraordinária cumplicidade entre as duas diplomacias. No plano militar, foi por iniciativa portuguesa do comando do Iberlant forças navais brasileiras participaram, em 1997, no exercício 'Linked Seas' da Nato, manobras navais cujo objectivo essencial era melhorar a capacidade de intervenção em operações a meio-caminho entre a manutenção e a imposição da paz.

A cooperação bilateral em matéria de segurança é, no entanto, um campo praticamente inexplorado. Embora o quadro da segurança regional de cada um dos países seja obviamente diferente, as operações de paz, que assumem cada vez maior importância no ponto de vista da segurança internacional, são matéria em que há experiências e know-how a partilhar. As forças de polícia – que podem substituir em parte e com vantagem as forças militares nas missões internacionais de paz em que predomina a componente da segurança interna – e a preparação específica que cada vez mais exigem, são outro ponto natural de cooperação entre Portugal e o Brasil. Tal como as indústrias de defesa, em que o Brasil está muito mais desenvolvido que Portugal. A Europa procura estreitar relações em matéria de segurança com a América latina e em particular o Mercosul. Mas as relações entre regiões só existem e só podem reforçar-se em função das teias bilaterais que, com maior ou menor proeminência, constituem a sua substância palpável.

Nem Portugal nem o Brasil se contam entre os adeptos acérrimos do intervencionismo punitivo, e ambos tendem a preferir, por norma, a política de diálogo e «de inclusão». Tanto dentro como fora do quadro das cimeiras ibero-americanas, Cuba pode tomar-se como exemplo desta atitude. A democracia e os direitos do homem – cujo alastramento, como reivindicação dos povos e pelo menos como profissão de fé dos governos, é o lado mais positivo da mundialização – é um campo em que a acção política dos dois países, conjunta ou convergente, dentro e fora da CPLP, tem amplas potencialidades.

Portugal e o Brasil não são, nem metaforicamente, «dois países separados por uma língua comum». O facto de falarem a mesma língua constitui uma facilidade incomparável quer se trate da integração social, da cooperação universitária, científica e técnica, quer se trate do mundo dos negócios e da cooperação empresarial, para não falar já do universo cultural. Quantos portugueses que vivem no Brasil se consideram exclusivamente portugueses, e não brasileiros, no sentido originário do termo? O quase automatismo da integração dos portugueses no Brasil, que não raro começa pela adopção do sotaque, pode medir-se pela brutal disparidade entre os registos portugueses e brasileiros. As estatísticas portuguesas contam perto de 1,2 milhões de portugueses no Brasil, ao passo que no censo brasileiro não são mais de uns 300 mil. A comunidade brasileira em Portugal, incomparavelmente mais pequena – entre 20 e 25 mil – e que não precisa, para fazer entender-se, de perder o sotaque, não tem afinal um peso muito diferente no conjunto da população portuguesa. A reciprocidade no tratamento dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal não é, porém, absoluta. Independentemente das regras existentes por virtude dos acordos de âmbito europeu de que Portugal é parte, este é um campo em que o novo acordo-quadro e a sua posterior regulamentação pode e deve contemplar progressos.

A língua comum que o destino deu a Portugal e ao Brasil (neste último caso com alguma ajuda do despotismo esclarecido de Pombal) é uma língua internacional, oficial em sete países de três continentes. Confundindo por comodidade habitantes

e falantes, a contagem dá uns duzentos milhões. Mais de três quartos são brasileiros. Ou seja, a projecção da língua portuguesa no mundo deve-se, em três quartas partes, ao Brasil. Talvez nem um nem outro país façam quanto deviam para a promoção do português no mundo. Se bem que encontre resistências difíceis de vencer – a saga do (des)acordo ortográfico bem as exemplifica – nem por isso a língua comum deixa de ser um campo em que as vantagens da cooperação bilateral seriam recíprocas.

Depois do reencontro de ambos os países com a democracia, a afinidade no plano dos valores, o paralelismo na precedência da ancoragem regional, a vontade simultânea de trabalhar pelo incremento das relações entre as comunidades em que se inserem, a solidez dos laços políticos, económicos, culturais, lastreados na língua comum e na extraordinária facilidade do relacionamento humano, são outras tantas razões para que perdure o bom momento de re-descoberta mútua que hoje se vive.